

24.11.2009

## Ministério investiga processos judiciais no lixo

A Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ) anunciou ontem que "iniciou de imediato" uma investigação para apurar responsabilidades relativamente a documentos de processos judiciais encontrados intactos nos caixotes do lixo do Palácio da Justiça de Lisboa, na via pública. A DGAJ reagiu, assim, a uma notícia da Lusa, segundo a qual "documentos de processos judiciais, com a identificação e os contactos dos intervenientes, foram deitados nos caixotes do lixo do Palácio da Justiça de Lisboa, na via pública, um acto ilegal que viola a confidencialidade e as normas dos tribunais".

"A DGAJ informa que, após ter tido conhecimento dos factos que surgem na imprensa sobre alegados documentos pertencentes a processos terem sido encontrados em contentores no Palácio de Justiça de Lisboa, iniciou de imediato os devidos procedimentos para averiguação das circunstâncias em que tal ocorreu e da respectiva responsabilidade", afirma aquele organismo do Ministério da Justiça, numa nota enviada à Lusa.

Escrituras com nomes, moradas e telefones, relações de heranças e notificações para audiência são exemplos de documentos encontrados em vários contentores. Por serem dados confidenciais, estes documentos integram uma listagem que faz parte da Portaria nº 1003/99 dos Ministérios da Justiça e Cultura que determina quais e como devem ser destruídos.